

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2021.

(Da Sra. Alice Portugal)

Propõe que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de Auditoria Operacional nas ações da Secretaria Especial de Cultura e entidades vinculadas.

Senhora Presidente,

Com fundamento nos arts. 71, IV e 74, IV, ambos da Constituição Federal, bem como no art. 24, X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17/89, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize Auditoria Operacional nas ações desenvolvidas pela Secretaria Especial de Cultura e suas pastas vinculadas.

Nesse sentido, importante indicar à Corte de Contas que os trabalhos desenvolvidos devem ser suficientes para permitir a manifestação, pelo menos, sobre o seguinte:

1. O atual contingente de recursos humanos da pasta é suficiente para cumprimento de sua missão institucional?
2. É possível identificar direcionamento e/ou censura a projetos proponentes com base na aplicação de critérios subjetivos, estranhos aos previsto nas Leis de Fomento à Cultura?



3. Quais impactos para o segmento produtivo cultural foram identificados em decorrência da expressiva redução de orçamento nos órgãos relacionados à pasta da cultura?
4. A inércia na publicação de edital de convocação para consequente seleção de membros para a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC se consubstancia em ato omissivo ilegal?
5. Foi possível identificar os gestores públicos responsáveis por atos de assédio moral e perseguição ideológica que vem sendo denunciados por servidores de carreira da área cultural?
6. Existe parecer técnico que fundamente a Portaria SEFIC/SECULT/MTUR nº 210, de 15 de abril de 2021, assim como a Portaria nº 124, de 4 de março de 2021, que implicam em suspensão da análise de projetos em que os proponentes sejam sediados em cidades sob Decreto de medidas restritivas, em virtude da pandemia?

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação de Auditoria Operacional da Secretaria Especial de Cultura tem o fito de avaliar se a estrutura organizacional e de recursos humanos da pasta está apta para o cumprimento de sua missão institucional, tendo em vista as diversas denúncias de esvaziamento das políticas públicas, bem como de perseguição a servidores.

Denúncias recebidas por esta Comissão de Cultura e veiculadas pela imprensa demonstram o imenso problema que estamos enfrentando no atual governo em relação à falta de capacidade operacional para gerir políticas culturais, indicando a existência de uma obsessão: de alinhar o setor da cultura a um projeto ideológico autoritário, voltado para retirar, da pauta da nação, a diversidade cultural e a liberdade de criação e pensamento daqueles que não se alinham aos valores propostos pelo atual governo.



A sociedade clama por eficiência e produtividade dos órgãos públicos federais ligados à cultura, citando especificamente a Secretaria Especial da Cultura e suas entidades vinculadas, entre as quais se incluem a Fundação Nacional de Artes - Funarte, a Cinemateca, a Fundação Cultural Palmares e a Fundação Biblioteca Nacional.

Em relação ao principal instrumento de fomento cultural, por meio da modalidade de incentivo fiscal, instituído pela Lei de Incentivo a Cultura (Lei 8.313/91), conhecida como Lei Rouanet, diversos produtores relatam lentidão excessiva da Secretaria Especial da Cultura na análise das propostas culturais inscritas para receberem o benefício de captar recursos junto à iniciativa privada, o que tem causado sérios prejuízos para o setor que estão tendo que recorrer à Justiça para receber o patrocínio pela lei.

Além da excessiva morosidade, a atual gestão não publicou edital para selecionar os novos membros da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, uma comissão da sociedade civil que analisa os projetos inscritos na lei para captação de recursos, transferindo para André Porciúncula Alay Esteves, o chefe do gabinete federal de fomento às artes, o poder de avaliar monocraticamente as milhares de propostas que pretendem chegar aos palcos todos os anos.

Instituída com a Rouanet, há 30 anos, a CNIC é um dos principais mecanismos para garantir a transparência da maior lei de fomento às artes do país, que distribuiu R\$ 1,4 bilhão no ano passado. A comissão funciona como uma consultoria especializada oferecida de graça para o governo, já que os conselheiros, membros da sociedade civil com décadas de atuação em suas áreas da cultura, não são remunerados.

Com a suspensão do trabalho do colegiado, desde o término do mandato em março de 2021, esse processo se torna mais opaco, ao deixar nas mãos de um único gestor a análise de projetos, dando margem à escolha de acordo com o gosto pessoal e também à censura.

Contudo o governo federal não publicou o edital de chamamento para a seleção dos novos membros, mesmo sendo cobrado pela comissão desde



novembro do ano passado, optando por publicar a Portaria MTUR Nº 12, DE 28 DE ABRIL DE 2021, que delega competência da presidência e dos atos de gestão da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura ao Secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, autorizando, inclusive, a deliberação *ad referendum*.

Além da paralisia da principal política de fomento à cultura, os servidores do quadro de pessoal da Secretaria Especial da Cultura/SEC e respectivas autarquias e fundações, anteriormente vinculadas ao extinto Ministério da Cultura - MinC, reunidos em Assembléia no dia 22/04/2021, organizados por meio do Fórum Nacional da Cultura, publicaram nota considerando “aviltante o processo de perseguição e tentativa de controle político partidário ideológico por parte de alguns gestores do Governo Federal a servidores públicos, envolvendo a produção de dossiês e planilhas, conforme relatado na matéria intitulada: “Radicais da Secretaria da Cultura de Bolsonaro fazem dossiês para atacar servidores esquerdistas”.

O quadro é alarmante, mais ainda se for levado em consideração o deliberado abandono de equipamentos, como a Cinemateca Brasileira, que foi acometida por incêndio na noite de 29 de julho de 2021, em edifício na Vila Leopoldina/SP.

Trata-se de um crime anunciado, que culminou na perda irreparável de inúmeras obras e documentos da história do cinema brasileiro. Essas instalações são parte fundamental e complementar em relação ao espaço da Vila Clementino, onde se encontra armazenada a maior parte do acervo da Cinemateca Brasileira. Recentemente, em fevereiro de 2020, uma enchente já havia afetado grande parte do acervo documental e audiovisual lá depositado.

A situação se torna mais crítica se pensarmos que essa ausência de equipe técnica especializada por um ano possivelmente teve consequências irreversíveis para o estado de conservação dos materiais. Certos danos são silenciosos, porém tão trágicos quanto um incêndio, e igualmente irrecuperáveis



Diante disso, e considerando, ainda, que compete ao Poder Legislativo controlar a regularidade da aplicação dos recursos públicos, proponho a realização de Auditoria Operacional na SeCult, com o auxílio do TCU.

Dessa forma, solicito apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de abril de 2021.

Alice Portugal
Deputada Federal



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213703316700>

